

OS **RISCOS** DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA A SEGURANÇA DAS CRIANÇAS

A educação domiciliar, conhecida como “homeschooling”, impacta as crianças de diversas maneiras. O objetivo deste documento, no entanto, é focar exclusivamente nas consequências negativas que esse modelo educacional pode ter na **segurança física e psicológica das crianças**.

A violência contra as crianças é intrafamiliar

Os dados provam que a maior parte da violência praticada contra crianças e adolescentes se dá no ambiente familiar, dentro de suas próprias casas. Informações colhidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), mostram que 81% dos 50,1 mil casos de violência contra crianças e adolescentes registrados no primeiro semestre de 2021 ocorreram dentro de casa¹.

Os canais de denúncia também comprovam que o domicílio é o local em que a maior parte dos crimes sexuais contra crianças ocorre. O serviço de denúncias Disque 100, do Governo Federal, mostra que 68% dos casos de abuso e violência sexual ocorrem dentro de casa² e a análise desses dados mostra que 86% dos abusadores são pessoas da família ou conhecidas da vítima².

E qual a importância da escola nesse contexto?

Os dados mostram que a violência é, na maioria dos casos, intrafamiliar. A escola é o local que a criança frequenta e estabelece vínculos de confiança com pessoas adultas, para quem podem pedir socorro. Mesmo que a criança não peça ajuda, a violência pode ser percebida seja por marcas físicas, por mudanças de comportamento, ou por outras formas que a criança encontra para expressar o seu sofrimento, como desenhos, cartas, entre outros.

Esse é o contexto que faz da escola o ambiente protetivo mais eficiente de todo o Sistema de Garantia de Direitos, previsto pelo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. É na escola que o maior número de relatos espontâneos de vítimas ou testemunhas de violências ocorrem e é na escola também que se registra a maior quantidade de identificações de agressões contra crianças.

Infelizmente, no Brasil sofremos com a falta de dados sobre o número de denúncias que chegam através das escolas. Uma exceção a essa regra é o caso de Vitória da Conquista. O município baiano é considerado, tanto pelo MMFDH quanto por órgãos como o UNICEF e a Childhood, como a cidade mais avançada na implementação da lei 13.431/2017, conhecida como Lei da Escuta Protegida, cujo objetivo é proteger crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violências. Um diagnóstico realizado em 2020 mostrou que 55% dos casos de violência contra esse público chegavam pela escola e pela área da Saúde,

OS **RISCOS** DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA A SEGURANÇA DAS CRIANÇAS

sendo a Educação a principal responsável por esse dado³. Isso fez com que a cidade criasse em 2022 um Núcleo de Prevenção e Acompanhamento às Violências para atuar estritamente no ambiente escolar.

Criança fora da escola = diminuição do número de registros de violência

O isolamento causado pela pandemia comprovou a importância da escola na denúncia e no reconhecimento dos casos de violências. Durante o isolamento o número de Boletins de Ocorrência e denúncias caiu. O parecer oficial de diferentes órgãos é que o confinamento dificultou a chegada da notificação de violência aos órgãos oficiais. Um desses estudos, feito pelo Ministério Público de São Paulo, UNICEF, e Instituto Sou da Paz, durante a pandemia, mostra que os registros de estupro de vulnerável (sexo praticado por adulto com menor de 14 anos) que vinham crescendo nos últimos anos, caíram significativamente nesta pandemia. Tiveram redução de 15,7% no primeiro semestre de 2020, sobretudo nos meses de abril (36,5%) e maio (39,3%), em comparação ao mesmo período do ano anterior⁴.

Reabertura das escolas = aumento do número de denúncias

Como era de se esperar, a reabertura das escolas levou ao aumento do registro de denúncias. Entre janeiro e abril deste ano, as denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil mais do que dobraram comparado ao começo da pandemia: 4.486⁵, mais que o dobro das denúncias no mesmo período de 2020, quando começou a pandemia. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, esse aumento de denúncias está relacionado à volta às aulas presenciais. O relato dos professores é tão importante que o governo federal criou um número de telefone específico para as denúncias, o 1510.

A relação entre educação domiciliar e violência no exemplo americano

Um estudo realizado nos Estados Unidos⁶, por pediatras de 5 centros especializados em crianças torturadas, cuja média de idade era 7 anos e meio, constatou que o período de abuso variava entre 3 meses e meio a 8 anos. Destas vítimas, 25% nunca tinham frequentado a escola e 47% haviam sido retiradas da escola sob o argumento de que seriam educadas em casa. Estes casos chegaram a esses níveis de gravidade justamente porque a criança não era vista fora do ciclo familiar. Em muitos casos, a escola não tem o poder de evitar que a violência ocorra, mas tem a capacidade de perceber a prática e impedir o seu agravamento ou perpetuação.

OS RISCOS DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR PARA A SEGURANÇA DAS CRIANÇAS

A proteção da criança é dever de todos

A exposição desses dados não ocorre para sugerir que as famílias que defendem a educação domiciliar tenham qualquer intenção de serem violentas com seus filhos. Muitas pessoas buscam esse modelo porque acreditam ser o melhor para a sua família. Não podemos, entretanto, abrir uma lacuna que exponha outras crianças a um regime de violência que pode se perpetuar no tempo, já que, com a criança fora do ambiente escolar as oportunidades desse tipo de situação ser reconhecida e interrompida são reduzidas drasticamente. A escola é reconhecida pelo ECA e por outras leis como uma camada de proteção essencial e indispensável ao bem-estar e à integridade da criança. Como consta em nossa Constituição, toda e qualquer criança tem o direito à proteção. A educação domiciliar inviabiliza a garantia desse direito.

É dever de toda a sociedade assegurar a cada uma das crianças uma vida digna, livre de qualquer forma de violência e outras violações. Não podemos colocar o interesse de poucos acima da proteção da maioria e das leis construídas democraticamente.



BIBLIOGRAFIA

- 1 Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes ocorrem dentro de casa. Brasília. 14/07/2021. Acessado em 02 de junho de 2022.
- 2 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, UNICEF. Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo. Outubro, 2021.
- 3 Childhood, Prefeitura de Vitória da Conquista. Os entraves do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescentes do Município de Vitória da Conquista mapeadas na perspectiva da implantação da Lei 13.431/2017. Vitória da Conquista, BA. Outubro, 2020
- 4 Instituto Sou da Paz, Ministério Público de São Paulo, UNICEF. Análise de ocorrências de estupro de vulnerável no estado de São Paulo. São Paulo. Dezembro, 2020.
- 5 Bom dia Brasil, G1. Cresce o número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes; saiba como a escola pode ajudar. 09/05/2022, acessada em 02/06/2022
- 6 Bartholet, Elizabeth. Homeschooling: Parents rights absolutism vs child's rights to education & protection. Arizona Law Review. 2019, 62 (1), 1-80.